

“Nós ainda existimos”: testemunhos (d)e resistências de mulheres camponesas e indígenas do Cerrado

Valéria Pereira Santos

da Comissão Pastoral da Terra - Araguaína – Tocantins - Brasil
valeria_sants@yahoo.com.br

Dernival Venâncio Junior

da Universidade Federal do Tocantins - Araguaína – Brasil
dernivalramos@uft.edu.br

Édi Augusto Benini

da Universidade Federal do Tocantins – Palmas - Brasil
edibenini@gmail.com

Resumo: Este trabalho diz respeito a resistência das mulheres do campo frente a expansão do agronegócio nos municípios de Campos Lindos, Goiatins e Barra do Ouro, região nordeste do Estado do Tocantins. O objetivo desse estudo é entender o que as mulheres denunciam em relação ao agronegócio e como têm sido ocupados os espaços de denúncias por elas. Este é um levantamento preliminar resultante de uma pesquisa bibliográfica que analisou a partir da teoria do ecofeminismo, os depoimentos das mulheres sobre os impactos do agronegócio da soja. A pesquisa aponta de forma preliminar que nos depoimentos as mulheres expressam um profundo sofrimento, resultado do “desassossego” da vida no campo causado pela expansão da soja, que provocou inúmeros casos de violência na disputa fundiária, o uso intensivo de agrotóxicos e o desmatamento do Cerrado. A conclusão que se faz é que nos poucos espaços que as mulheres têm para denunciar, elas reforçam a importância do “viver na terra” e negam o Matopiba como uma política de desenvolvimento que proporciona melhores condições de vida para as populações locais.

Palavras Chaves: Mulheres. Resistência. Agronegócio. Cerrado.

Introdução

Este artigo apresenta resultados da pesquisa “Mulheres e conflitos socioambientais, saberes e fazeres das camponesas da Serra do Centro, Campos Lindos, TO”, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína. O espaço da pesquisa, os municípios de Barra do Ouro, Goiatins e Campos Lindos, nordeste do Tocantins, se configura como a microrregião mais pobre

do estado e uma das principais frente de expansão da soja e eucalipto¹. Apresentaremos as experiências de resistência das mulheres camponesas e indígenas ao agronegócio a partir de seu testemunho oral gravado em vídeos. Para isso, buscamos responder duas questões: qual o conteúdo desses testemunhos?² Como se configura a participação das mulheres nesses espaços? Adiantamos que esses testemunhos são denúncias de caráter público de violações de direitos sofridas pelas mulheres e pelas comunidades a partir da expansão da agricultura industrial no Cerrado tocantinense.

A metodologia de pesquisa utilizada é qualitativa e exploratória, lançando mão de material bibliográfico e audiovisual. Analisamos sete testemunhos de mulheres camponesas e indígenas inseridos em vídeos documentários³ e no livro “Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa pela expansão da soja”. (CASTILHO; CASTRO, 2006). Procedemos à contextualização sócio-histórica das “denúncias” a) violações de direitos e b) dos impactos do agronegócio na vida cotidiana. Os documentos e os vídeos aqui analisados foram produzidos no intuito de visibilizar as denúncias de violação dos direitos fundamentais das comunidades. Neles foram ouvidos diversos sujeitos, homens e mulheres, camponeses e indígenas. Para a escrita deste texto optou-se por analisar os testemunhos das mulheres, aqui considerados testemunhos femininos por acreditarmos que elas fazem um recorte específico na realidade a partir de suas experiências como mulheres camponesas e indígenas.

Por outro lado, pretendemos contextualizar esses testemunhos. Para Demo (2001, p. 52; 58), a pretensão da contextualização sócio-histórica “é alocar no espaço e no tempo o fenômeno pesquisado, tendo-se em mente que a história e a inserção social, são parte da gênese e da explicação[...]” de fenômenos sociais. Elas testemunham o avanço de um vetor de desenvolvimento capitalista, patriarcal e desenraizador. No

¹ A região nordeste do Tocantins “tem o menor IDH do Estado, com o índice médio de 0,603. Os municípios de Recursolândia (0,500), Campos Lindos (0,544) e Centenário (0,569) possuem os IDHs mais baixos, enquanto os municípios de Pedro Afonso (0,732), Bom Jesus do Tocantins (0,66), Santa Maria do Tocantins (0,634) e Itacajá (0,612) têm, respectivamente, os IDHs mais elevados. No entanto, o Produto Interno Bruto (PIB) da região é de 12.024. (SEPLAN, 2016, p. 77, 88).

² Utilizaremos o termo testemunho por entender que o termo depoimento não dá conta do protagonismo dessas sujeitas na construção dos espaços em que elas falam. Não foi alguém que veio até elas coletar sua denúncia, os movimentos políticos que articulam são fundamentais na construção dos espaços e possibilidades de construção dos momentos de denúncias públicas e da partilha de seu conteúdo em diversas esferas sociais. Marca, por um lado, o fato delas estarem presentes e sofrerem, em seus corpos individuais e coletivos, as dores e padecimentos que relatam e, por outro, a corporeidade da denúncia. Não só a fala testemunha, o corpo que fala foi testemunha do que fala.

³ Vídeos documentários disponíveis no canal do Youtube: Índios timbiras, projeto de frutos do cerrado (20:49 min); Vida X Soja/agrotóxico (5:22 min); Audiência Pública MPF 2012 na Gleba Tauá (5:11 min); Campos Lindos (5:38 min); Comissão debate resultado de plano agropecuário do Matopiba (2:29 min); Matopiba (28:52 min) e Notícias do Pé do Morro (7:07 min).

entanto, o testemunho, como voz e presença, evidencia a resistência a esse vetor, da qual elas participam como parte mais vulnerável das comunidades indígenas e camponesas.

Mesmo considerando o fato de que as mulheres camponesas e indígenas não usam índices e critérios construídos por instituições como o Estado, como baliza de mensuração de qualidade de vida e bem-estar, o que elas relatam reforça a pertinência da escuta de suas denúncias pois, nos parece, evidenciam o descumprimento daquilo que o Estado promete enquanto direitos e desenvolvimento. Nesse sentido, os testemunhos analisados são potentes evidências do modo como os projetos de desenvolvimento operam nos territórios dos povos do Cerrado.

A região de Campos Lindos, Goiatins e Barra do Ouro possuem uma população de 24.326 pessoas. Elas vivem nos municípios com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴ do estado do Tocantins. Campos Lindos conforme a Tabela 1, possui o segundo pior IDH do Estado, Goiatins, o quinto mais baixo. Barra do Ouro, por outro lado, possui IDH dentro da média do Estado.

Tabela 1. Dados populacionais por sexo, IDH, PIB per capita e produção de soja por município

Município	Mulheres	Homens	IDH	PIB Per capita R\$/2017	Soja/Tonelada / 2012	Soja/Tonelada /2018
C. Lindos	3.875	4.264	0,544	29.538,91	166.920	213.060
Goiatins	5.777	6.287	0,576	11.489,13	45.240	53.929
B. do Ouro	1.928	2.195	0,603	10.127,36	14.300	15.665
Araguaína	76.897	73.587	0,752	22.809,80	0	15.400

Fonte: IBGE (2018).

Esses três municípios juntos exportaram cerca de 282.654 toneladas de soja. Campos Lindos, mesmo possuindo o segundo pior IDH, está entre os maiores PIB per capita do Tocantins, sendo 29.538,91. (IBGE, 2018). Para efeitos comparativos, a segunda maior cidade do Tocantins, Araguaína possui o IDH de 0,752 e possui o PIB per capita de 22.809,80.

Os dados fornecidos pelo IBGE mostram a contradição entre a produção de riqueza e distribuição da renda. Uma região, por exemplo, que inova no uso de tecnologias de produção agrícola, deixa a maioria da população sem acesso aos recursos

⁴ “O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida concebida pela Organização das Nações Unidas para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da população. Atualmente é elaborado o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fundamentado em três aspectos: saúde, educação e renda. [...] Esse componente é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB), com base na paridade de poder de compra (PPC) por habitante”. (SEPLAN, 2016, p.321).

por elas construídos, uma vez que os seus fluxos de rentabilidade são apropriados pela classe patronal.

Esse cenário tende a se intensificar, pois o Tocantins tem sido contemplado com políticas macroeconômicas em diversos setores a favor deste tipo de desenvolvimento, inclusive resultando na construção de quatro Usinas Hidrelétricas (UHE) para abastecimento de energia e para a exploração de minérios; a construção da ferrovia Norte-Sul e rodovias para facilitar a expansão da produção de grãos, bicombustíveis, silvicultura, pecuária de corte e etc., são grandes projetos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) que coloca o estado no foco da expansão do agronegócio.

Uma dessas políticas, o Matopiba, teve as primeiras discussões sobre seu Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) em 2013. A proposta visava a combinação de políticas públicas do Estado brasileiro para fomentar o desenvolvimento da classe média rural, ampliar e fortalecer a agricultura e a pecuária através de investimentos na área de logística, melhoramento tecnológico e financiamentos ao agronegócio. (MATHIAS, 2017).

Esse documento zoneia a nova fronteira da expansão do agronegócio no Cerrado, estrategicamente é uma delimitação geográfica de 73 milhões de hectares de terras agricultáveis que envolve 337 municípios dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A sigla Matopiba corresponde às iniciais desses quatro estados.

A institucionalização do Matopiba aconteceu através do decreto nº 8447 de maio de 2015, assinado pela presidenta Dilma Rousseff. O decreto definiu o PDA e constituiu o Comitê Gestor com o papel de “promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população”. (BRASIL, 2015).

Mulheres, invisibilidade e resistência

A vida das mulheres do Cerrado é permeada por diversos desafios. Para as mulheres indígenas e camponesas tradicionais, que habitam espaços considerados estratégicos para os grandes projetos, esses desafios interseccionam problemas de classe, identidade étnico-racial/territorial/gênero. (DAVIS, 2016; SHIVA, 1993). Essas desigualdades têm impulsionado diversas lutas e estratégias de (re)existência feministas. As mulheres têm percebido que é longo o percurso para resolver os problemas da desigualdade de gênero e compreender as diversas interseccionalidades que lhe são

constitutivas. Apesar da invisibilidade das lutas cotidianas, as mulheres urbanas e rurais continuam resistindo às violações de seus direitos e avançam, como os diversos movimentos de mulheres nos mostram, nas lutas por igualdade de gênero e defesa da natureza.

No Brasil, por meio de políticas públicas vinculados às diversas lutas de resistência, as mulheres saíram do espaço privado para ocupar o espaço público. Mesmo que prevaleça no imaginário e nas relações sociais e de trabalho a dicotomia entre homens e mulheres, ocorreu significativa ascensão feminina no mundo do trabalho. A dicotomia que institui o “o papel da mulher como cuidadora e [do] o homem como provedor”. (OIT, 2010, p. 17), construída na sociedade “capitalista patriarcal”. (SHIVA, 1993), muito presente nos fundamentos teóricos, filosóficos e econômicos dos setores privados e público, se por um lado, continua a reforçar a ideia das mulheres como ser humano e força de trabalho secundários, por outro evidencia a necessidade do aprofundamento da luta.

Do universo das concepções feministas, nasce o ecofeminismo. Ele denuncia a dicotomia nas relações de gênero e nas relações humano/natureza construída pelo patriarcado em que se estabelece a desvalorização e a dominação da natureza e das mulheres.

A corrente ecofeminista chama atenção para a “consciência ecológica de gênero” e para a ética do ser humano com a natureza, numa perspectiva de construção de novos paradigmas epistemológicos. (BORRAGÁN et all, 2011).

A teoria ecofeminista, ainda, critica a mercantilização da ciência. Segundo Shiva (1993), a mercantilização é uma das formas do reducionismo. Ela resulta na marginalização da diversidade de saberes das mulheres e dos povos tradicionais. Para Shiva, “as ciências reducionistas é uma fonte de violência contra a natureza e a mulher, na medida em que as subjuga e despoja da sua produtividade, energia e potencial plenos”. (1993, p. 39).

Esse modelo de ciência está articulado ao que a autora chama de “modelo de desenvolvimento no paradigma convencional”, colonizador e desenraizador (SHIVA, 1993), acaba por legitimar estereótipos patriarcais que iguala o feminino à passividade e ignora a capacidade de resistência e produção de saberes pelas mulheres. Sendo esta, segundo Shiva (1997,) uma construção social do patriarcalismo capitalista, ela impõe a “superioridade do homem em relação a mulher” através da distinção que faz entre a passividade/materialidade como feminino e animal e atividade/espiritualidade como masculino”.

Se insurgindo contra o paradigma de desenvolvimento capitalista e patriarcal, a luta feminista se configura como resistência. Para Bosi, a resistência é

[...] um conceito originalmente ético, e não estético. O seu sentido mais profundo apela para força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir, o antônimo familiar é des/sistir (2002, p. 118; 130).

O ato de resistência é ético e político e por isso encontra o seu sentido no “não conformismo,” no ato de contrapor à hegemonia, de opor à imposição: “[...] a resistência é um conceito de tensão [...]”. (BOSI, 2002).

Para Maffesoli, a resistência das comunidades de base ao “dominador que é sempre exterior” encontra lastro nas relações de solidariedade construídas no espaço comunitário, no enraizamento das relações do dia a dia, na

pregnância da memória espacial... e constitui uma reserva de energia insondável e misteriosa, não podendo ser subestimada (...) [...] O espaço produz de uma maneira coibitiva os hábitos e os costumes do dia-a-dia que, por sua vez, permitem a estruturação comunitária. (MAFFESOLI, 2001, p. 81).

Assim, o sagrado permite a existência das comunidades. Ele está no “imaginário social”, nas afetividades vividas no cotidiano social das comunidades e nas interações com o lugar, com a terra, com a moradia e principalmente com a ancestralidade.

O desafio do dominador é, assim, destruir o sagrado das mulheres e das comunidades tradicionais.

A relevância ecológica desta ênfase na “espiritualidade” reside na redescoberta do aspecto sagrado da vida, de acordo com o que a vida na Terra só pode ser preservada se as pessoas começarem de novo a ver todas as formas de vida como sagradas e a respeitá-las como tal. Esta qualidade não está localizada numa divindade do outro mundo, numa transcendência, mas na vida cotidiana, no nosso trabalho, nas coisas que nos rodeiam, na nossa imanência. (SHIVA, 1993, p. 29).

Apesar das mulheres não assumirem bandeiras formais de movimentos feministas, nem dos movimentos ecológicos e mesmo não assumindo cargos formalizados de lideranças das comunidades, elas se destacam nos poucos espaços que ocupam como referências no enfrentamento à destruição do Cerrado e às violações de seus direitos e das suas comunidades.

A resistência, assim, se vincula à politização de suas vozes e dos seus corpos, do cotidiano, da relação sagrada com o ambiente e com o território comunitário. As mulheres indígenas e camponesas, dentro das suas especificidades étnicas e culturais,

têm se posicionado contra o agronegócio pois esse constitui uma ameaça à existência tal qual elas concebem a partir do enraizamento que possuem com o lugar.

O testemunho feminino sobre as violações de direitos

Desmatamento, grilagem e violência

As terras localizadas entre as bacias hidrográficas dos rios Tocantins e do Araguaia ganharam destaque nos planos governamentais de colonização da Amazônia, isto por meio de propagandas das terras “ditas de ninguém” nas décadas de 1970 e 80. Desde então, as comunidades tradicionais da região vêm sofrendo diversos tipos de violações; os violentos conflitos agrários provocados pelas disputas de terras e agravada pela caótica situação fundiária do estado potencializaram esse cenário.

O território que estava na mira dos interesses dos grileiros especuladores e pecuaristas era o Bico do Papagaio. Na década de 1970, o Brasil passava por profundas transformações nas bases da agricultura, estruturadas pela chamada “Revolução Verde”, que foi um processo de “modernização da agricultura” com a inserção de novas tecnologias com objetivo de alavancar a produção e produtividade agrícola:

É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. (KAGEYAMA, 1996, p. 113).

Foi um novo agrário/agrícola que foi crescendo no Brasil devido à orientação dessa política agrícola, que desde os tempos coloniais tem dado maior incentivo à produção de *commodities*, isto é, produtos para a exportação. O “modelo de desenvolvimento rural do Brasil” tem na sua essência a agricultura de grande porte e a formação de grandes latifúndios, uma agricultura que não surgiu da dinâmica local de ocupação das terras, mas sim, de uma dinâmica de fora para dentro - o que torna o agronegócio excludente, dependente da dinâmica financeira externa e em constante crise. (FURTADO, 2009).

Esses projetos de desenvolvimento tecnológico partiram dos países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e Europa. E vão expandindo com a imposição de uma ideologia reducionista cartesiana de homens brancos, com relações patriarcais de dominação da natureza; dominação das mulheres e das comunidades tradicionais dos países considerados subdesenvolvidos. (SHIVA, 1993).

Essa visão reducionista e mecanicista hierarquiza o que é produtivo e o que é improdutivo, passando a ignorar este último. Tem como base o cálculo hierárquico usando na racionalidade instrumental contábil “para calcular crescimento por meio produto nacional bruto, baseiam-se no pressuposto de que, se os produtores consomem o que produzem, eles, na verdade, não produzem nada, porque ficam fora da fronteira da produção”. (SHIVA, 1997, p. 88).

Os sojicultores e as companhias globais Bung, Cargill e Sygenta ainda não haviam chegado à região. No entanto, existem muitas semelhanças entre os conflitos de então e os de agora, por exemplo, na prática da violência contra lideranças e comunidades tradicionais. Elas dão continuidade e intensificam a implantação do modelo de produção da “revolução verde”. Para tal, esses atores se direcionam para “áreas novas”, pouco articuladas aos mercados de *commodities* como o caso de Campos Lindos, Goiatins e Barra do Ouro, nas décadas de 1980 e 1990.

A soja, essa cultura agrícola estranha ao povo da região, é uma planta oleaginosa rica em proteína, que historicamente fez parte da cultura alimentar dos povos do Oriente e por muito tempo permaneceu sendo um cultivo exclusivo da China. Passou a ser cultivada pelos Estados Unidos na década 1920, como matéria prima para a ração animal. A expansão para outros países do Ocidente só ocorreu em 1947, através do “*Plano Marshall*” proposto pelos Estados Unidos. Esse plano consistia num acordo comercial de compra e venda de soja para a Europa e Japão, uma proposta para “salvação” dos países europeus que estavam devastados após a Segunda Guerra Mundial. (SHLESINGER; NORONHA, 2006).

Na região de Campos Lindos, a soja chega no decurso da criação do Projeto Agrícola Campos Lindos criado pelo governador Siqueira Campos mediante o decreto nº 4338/97, de 8 de maio de 1997. Esse decreto destinou 105,6 mil hectares de terras da região Serra do Centro para produtores de soja, beneficiando inicialmente 47 pessoas ligadas ao agronegócio (produtores gaúchos, estrangeiros e políticos) e expulsou dezenas de famílias que ocupavam a terra há várias décadas. Com esse incentivo do governo tocantinense, a região que outrora era “esquecida” passa a ser o foco da especulação imobiliária. (CASTILHO; CASTRO, 2006).

As diversas comunidades tradicionais que habitam a região nordeste do estado, assim, se veem nas últimas décadas “no olho do furacão”. Grande parte de seus territórios tradicionais, legitimados pelo uso comum, foram entregues pelo Estado a grandes sojicultores e a empresas globais. É nesse contexto de aumento de pressão sobre as comunidades no qual as entrevistas que referenciam a presente pesquisa foram gravadas.

Elas evidenciam que as mulheres indígenas Krahô e camponesas da região posicionam-se duramente contra a invasão da soja nas suas vidas, territórios e comunidades.

A indígena Naimar Tuhoc Krahô (Aldeia Nova) em seu depoimento ao documentário “Os índios timbiras: projeto frutos do Cerrado” no final da década de 1990, denunciava a implantação das monoculturas de soja na região e o desmatamento do cerrado que estava acabando com as frutíferas que alimenta o povo da região:

É o que estou falando, essa limpeza que estão fazendo, tirando todo o mato, deixando só a terra limpa. Eles vão fazer o quê? Depois da soja vão aproveitar o quê? Não vão aproveitar nada! Vão correr, tem que ir atrás da sombra para se encostar. Acha que não vão beber suco de nada, as arvores tem frutas que dá suco. Por isso, falo que o cupén destrói tudo. (CTI, 2013 online).

Quinze anos depois, a camponesa Florença (já falecida) afirma:

Eles fizeram uma partilha... começaram foi derrubar tudo [...] Quando eles chegaram começou a acabar com tudo. Não há fruta no cerrado, não há caça, peixe, abeia, acabou com tudo. [...] Os plantadores de soja não deixam árvores em pé, pois “prejudica” a produtividade da área. E aí, a gente não está achando nada mais (Vereda Bonita, entrevistada em maio 2006 In: CASTILHO; CASTRO, 2006, p. 69).

Na audiência promovida pelo Ministério Público Federal (MPF) em 20 de junho de 2012, na Gleba Tauá, Barra do Ouro, a camponesa Raimunda, denunciou a prática de grilagens de terras públicas que ocorre no município desde 1992:

Vem desse mundo a fora aí chegou dizendo que é dono, querendo me expulsar e eu aguentando toda a vida, passando enfermidade de pé firme, segurando na mão de Deus. Ameaças de pistoleiros na primeira vez, na segunda vez tocaram fogo, roças destruídas de trator, os animal foram tudo matado por ele, não tenho mais nenhum animal, o restinho que tenho está magro tocando birimbau. E aí estou nessa situação. [...] olha, meus filhos nasceram e se criaram aqui, eu sou do lugar. Para a gente ver a família da gente sofrendo, eu sofrendo, os meus filhos sofrendo [...] onde nasceram e se criaram, chega esse povo invadindo e diz que eu é que sou invasora, sem eles ter direito nenhum e eu sem direito de trabalhar. [...] Vocês estão vendo esse mutirão de gente, nasceram aqui também e estão querendo expulsar de qualquer jeito. Botaram veneno na água, passei três meses com a água envenenada parecendo esse papel aqui, isso para me envenenar, mas não envenenam, porque tenho de onde tirar outra água. Morreram os animais: galinha, pato, peixes do rio, pois passou três meses envenenada. Desmatou no arrastão da soja aí da frente, desmataram foi tudo, não ficou nada, mas eu não saio daqui, aqui é meu lugar. Se chegar a oportunidade de tirem minha vida, pois vocês tiram bem aqui, pois não saio de maneira nenhuma (SIGNATÁRIOS TOCANTINS, 2016, *online*).

A camponesa Maria Aparecida (posseira na comunidade Suçuarana), no seu depoimento ao documentário “Campos Lindos” produzido em 1992⁵, apresenta uma expressão de sofrimento e desespero:

Eu não resisto mais essa briga. Aqui já fizeram muitas coisas com nós. Já queimaram nossa casa ali, queimou tudo, ficamos com a mão na cabeça da gente lutar tanto. Já derramei tanta força, tanto suor [...]. Já sofri tanto e nada vejo ir para frente. Eu não quero sair daqui, porque eu gosto daqui, eu adoro a Suçuarana (CTI, 2010, online).

Maria Aparecida, Naimar, Raimunda e Florença testemunham contra o desmatamento, a grilagem e a violência. Em suas falas, por serem testemunhas desses problemas, elas se colocam duramente contra a invasão e destruição dos territórios das comunidades. As suas vozes também testemunham a relação que estabelecem com os bens naturais por elas entendidas como bens comuns; esse bem comum está articulado não apenas com a reprodução da vida e a soberania alimentar, mas a uma dimensão simbólica e sagrada com o território. (SHIVA, 1993; LITTLE, 2002).

As armadilhas do discurso do desenvolvimento e a dimensão sagrada do território

A camponesa Cleuza é moradora da Comunidade São Francisco em Campos Lindos. Ela afirma que muitos posseiros acreditaram que o Projeto Agrícola Campos Lindos traria desenvolvimento. Acreditaram nos discursos veiculados pelos sojicultores. Eles afirmaram então que o povo do lugar nada produzia e que as fazendas de soja trariam empregos e renda:

[...] quem chegava aqui comprava dos posseiro e vendia para outros que chegavam. O povo queira vender, os compradores chegavam dizendo que a gente não consegue fazer nada na terra - e não consegue mesmo, não faz muita coisa mesmo -, aí o cara põe um dinheirão na frente do posseiro, que, as vezes, come o dinheiro em uma semana. Aí o posseiro vai pra cidade, chega sem estrutura, não consegue um emprego, sem nada, desempregado, não sabe viver na cidade e então volta pra terra pra viver como agregado do fazendeiro, cata toco por um salário miserável. Muitos trabalham sem carteira assinada, ou por diária. A maioria destes trabalhadores, sem carteira assinada, são daqui, mas tem fazendas que preferem trazer gente de fora pois eles terminam o serviço mais rápido para irem embora logo, os daqui ficam querendo folga nos finais de semana, ir pra Campos Lindos (maio 2006). (CASTILHO; CASTRO, 2005, p.75).

⁵ Na sinopse do vídeo documentário Campos Lindos, “através deste, pequenos produtores rurais, ribeirinhos tradicionais, extrativistas do cerrado dão grito de socorro. São os Cupên (humanos brancos), seus vizinhos os índios Krahô, escutam este lamento e entendem. São os Mehin, juntos e indefesos tentam denunciar esta nova agressão. A ameaça comum vem da monocultura da soja que avança cega e esmagadora[...]” (CTI, 2010, online)

Maria Florença Ribeiro da Silva denuncia o empobrecimento de sua família e das comunidades vizinhas. Segundo ela, o cercamento da comunidade pelas roças de soja impossibilitou a continuidade do modo de vida tradicional. A convivência com o Cerrado garantia a fartura de alimentos através da criação de animais em um sistema aberto, a feitura roças de toco em sistema de pousio⁶, a coletas de frutos e a caças complementavam a renda das famílias.

Essa camponesa se refere à produção da soja em Campos Lindos como “impidemia” e “impestação”. Segundo o Dicionário Online de Português (DICIO, 2018, *online*), epidemia significa: “sinônimo de praga ou peste. [...] Grande calamidade ou tragédia que afeta muitas pessoas. Pessoa ou coisa que aflige, que causa sofrimento. Grande quantidade de coisas importunas”. No contexto de pandemia em que estamos vivendo e que têm sido relacionadas a degradação ambiental crescente⁷, o testemunho de Maria Florença Ribeiro da Silva ganha em potência:

A vida era de muita riqueza e fartura, todo mundo fazia roça e plantava de um tudo: arroz, mandioca, milho. Criava as criação porque naquela época não tinha impidemia. Tinha muita caça: **tinha muito veado do campo, o catingueiro, tinha o porção** (o queixada), **tinha muita anta, tinha muita ema... tudo tinha neste tempo. Tinha o caititu, muita paca, muito tatu.** Meu pai criou nós na carne da caça. Não tinha gado. Só a roça e as criação era galinha e pato, mas nós não morria de fome [...] **Tinha muita fruta, tinha muita fruta, porque as árvore tinha muita...** Tinha o pequi primeiramente, o bacuri. **Tudo tinha com fartura.** Era pra donde saía. Pra donde saía topava. Tinha o coco (babaçu)... Depois de casada, nos primeiros anos criava porco, tinha muita caça, o marido criava gado solto.

A concepção de riqueza e fartura de Florença era antagonica à concepção de riqueza do agronegócio que se instalara na região. Para a camponesa, a fauna e flora do cerrado eram fontes de abundância, por outro lado, para os produtores de soja, elas eram obstáculos que impediam a produtividade dos seus cultivos.

Florença, assim, dialoga com a afirmação de Mies e Shiva (1993, p. 138). Segundo essas autoras, a terra para as comunidades tradicionais é a “essência da própria existência” é não apenas um meio de produção. Mantém-se uma relação sagrada com a terra e com os bens comuns que ela dispõe. Essa concepção do sagrado vem dos povos

⁶ O pousio é uma técnica tradicional de recuperação da terra. É o período de descanso para reposição de nutrientes da terra entre uma semeadura e outra, esse período pode variar de um a cinco anos. Revista Agriculturas, experiências agroecológicas. Manejo sadio dos solos. Volume 5, nº 3. AS-PTA, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n3.pdf. Acesso em 01 de junho de 2018.

⁷ Na página da GRAIN foi publicado o artigo: Novas pesquisas sugerem que a criação industrial de animais, e não os mercados úmidos, pode ser a origem do Covid-19. Disponível em: <https://www.grain.org/es/article/6439-novas-pesquisas-sugerem-que-a-criacao-industrial-de-animais-e-nao-os-mercados-umidos-pode-ser-a-origem-do-covid-19>

originários: “Para as comunidades que obtêm o seu sustento da terra, esta não é uma mera propriedade física situada no espaço cartesiano; para elas, a terra é fonte de todos os sentidos” (MIES & SHIVA, 1993, p. 138).

Segundo Almeida e Carvalho (2009, p. 69), a racionalidade das agroestratégias ignora as dinâmicas culturais das comunidades locais nas suas relações com a natureza. O agronegócio “visa remover tais obstáculos e incentiva as possibilidades de compra e venda, ampliando as terras disponíveis aos empreendimentos vinculados aos agronegócios”.

Além da necessidade ampliar a quantidade de terras disponíveis, segundo Carvalho (2005, p. 198), o agronegócio é um modelo agrícola, técnico e econômico ligado a “empresas capitalistas que direta ou indiretamente estão relacionadas com os processos de produção, de beneficiamento, de industrialização e de comercialização” e, assim, busca impor uma “cultura planetária” economicamente e politicamente dominante e ideologicamente hegemônica, centrada na valorização do seu capital. No entanto, mesmo dispondo de grande poder, não conseguem dominar totalmente as culturas das comunidades tradicionais e indígenas, pois mesmo controlando a parte física do território, definindo as formas de exploração dos recursos, as comunidades continuam em posse da dimensão simbólica-afetiva e sagrada do território.

O testemunho de Cleuza que vive na Comunidade São Francisco reforça essa posição. Para ela, o Projeto Agrícola Campos Lindos modificou a vida da comunidade, causou destruição das árvores e animais do cerrado; desenraizamento dos costumes culturais e religioso, implicando diretamente desagregação dos sujeitos. Ela afirma:

Antes **nós tínhamos um verdadeiro cerrado: caça, pesca, frutas silvestres em abundância**. A gente tinha **os vizinhos próximos**. Havia **união** na oração, no trabalho, nas comemorações. Não havia problema de saúde e se caso alguém adoecesse, apegava-se em Deus, nos **remédios da mata [...]** (Cleuza, out. 2005). Ênfase dos autores (CASTILHO; CASTRO, 2006, p. 73)

Na concepção sociológica de Maffesoli (2001) a estruturação comunitária é produzida através dos costumes e hábitos que se enraízam no dia a dia e vai produzindo sentido para o sagrado, que se materializa na relação com a terra e com o território. Não quer idealizar as comunidades, mas as imperfeições da vida comunitária formam o seu “território concentrado”. Para Mies e Shiva (1993, p.134), numa concepção ecofeminista, “[...] O sagrado é o laço que une as partes ao todo. A santidade da terra deve ser sustentada, deve ser estabelecido limites à ação humana[...].” Assim, a dimensão sagrada do território continua nas mãos e na memória das comunidades.

A politização da pertença ao território

A ameaça ao território, politiza as suas dimensões afetivo-simbólica e física do território. As comunidades agenciam politicamente a sua relação com os lugares como forma de instituir publicamente o seu direito ao território (SEGATO, 2012).

Nos testemunhos podemos perceber esse agenciamento político. Maria Florença Ribeiro da Silva afirma:

Depois que chegou essa impestiação aí, criamos num cercadinho, tem poquinho. Quando era criado solto tinha muito. Nós tudo tinha gado, mas depois quando passo pra trancá, quem é que dá conta? Não podia dá conta, hoje nós não temos cabeça de nada [...] (Florença, Vereda Bonita, maio de 2006). (CASTILHO; CASTRO, 2006, p.32-33).

Na audiência pública sobre o Matopiba de 08/11/2016, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal participaram várias comunidades indígenas e organização camponesas. A liderança indígena Gecilla Krahô deu seu testemunho de resistência exigindo respeito:

(...) os povos indígenas ainda existem e querem vida em paz, assim como a natureza (...) Por que os rios estão morrendo? Porque a nascente está secando? O que vai puxar a água? Nada! E a soja não dar água não! Ela faz é chupar mais para poder acabar! E tem muita gente morrendo de sede, os bichos estão morrendo de sede! Não é só nós que queremos vida em paz, até os bichinhos quer, porque Deus fez para viver daquele jeito. A gente veio aqui é para dizer para vocês que nós ainda existimos, nós não fomos embora, nós não morreremos. Então do jeito que nós respeita vocês, vocês respeita nós também” (TV SENADO, online).

No documentário “Matopiba”, Gecilla Krahô diz,

Justamente a gente esteve em Brasília para poder conversar, para contar que a gente existe. Quer fazer alguma coisa, trazer esse projeto grande, trazer o que estão querendo, tem que comunicar com nós. Nós é que somos os donos da terra! Nós que somos dono do Brasil! Nós que somos broto da terra! Nosso bisavô deixou nós, então a gente tem de esclarecer para eles respeitar a gente, que eles não estão respeitando. E eles estão trazendo esses projetos só pela vontade deles, não pela vontade nossa. Nem faz nós como indígena e nem dos ribeirinhos e dos camponeses. Não estão consultando ninguém, estão levando tudo com mentira. [...] Para mim é difícil, não entendo o *Cupên*. Mas, do meu sentido essa PEC já está pecando o povo e não só o povo, vai pecar o rio e a terra onde a gente vive (CPT, 2016, online).

No seu testemunho, Gecilla (2016) diz que os grandes projetos estão sendo implantados na região sem diálogo com a população local: os indígenas, os ribeirinhos e os camponeses não são consultados, é uma imposição, pois suas comunidades não têm

interesse nesses projetos. Ela destaca por exemplo a PEC 2015, que já está causando danos ao povo e causará danos a terra e aos rios.

A camponesa Alzira Miranda de Oliveira, no depoimento ao documentário Notícias do Pé do Morro – a luta de Campos Lindos” fala do adoecimento que esse processo de desterritorialização tem causado:

Não quero sair, se sair daqui é perigoso dar infarto. Gosto da minha terra natal, gosto dos meus companheiros que moram aqui. Aqui não tem terra de soja, não tem área de reserva, todos os moradores são moradores pioneiros do lugar. Muitas crianças nós temos, não queremos ficar sem terra, já tenho 63 anos não quero ficar sem minha terra, tenho meus netos, meus filhos para criar nação. Quero minha terra para inclinar a cabeça até quando Deus vier buscar. Estamos na luta forte, já recebemos ameaças para despejados. A coisa que mais me sinto quando recebo uma força de ameaça, me sinto com choque no coração. Meu marido esses dias quase morreu de choque quando recebeu a notícia do despejo. Quero que os homens me ajude, tenha misericórdia de mim e dos companheiros da terra, que somos brasileiros, nascidos e criados na terra (CPT, 2014, online).

Para Alzira, Raimunda, Gecilla, Naimar, Cleuza, Florença e Aparecida, a terra faz parte da “essência da existência” e parece não ser possível, no imaginário delas, a vida longe de sua terra, seus depoimentos são carregados de sofrimento e de pertença ao lugar que defendem.

Essas agressões ao bioma cerrado e as violações de direitos das mulheres e das comunidades, tem um agravante com o avanço do capital através de fronteiras agrícolas sobre as áreas de terras tradicionais, nesse caso específico, é o Matopiba.

Para Martins:

[...] a fronteira é essencialmente um lugar da alteridade. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. [...] A fronteira é basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital (expansão das relações mercantis). Os novos terrenos são ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial, a taxa média de lucro do capital (2009, p.133, 157, 158).

Shiva (1997, p.88) de forma mais ampla, fala que a fronteira da produção é: “construto político que exclui ciclos de produção regenerativos, renováveis, do domínio da produção”, impõe também outra fronteira: a “fronteira da criação” que exclui todas as formas de conhecimentos que não fazem parte do pacote tecnológico reconhecido pelo Direito de Propriedade Intelectual (DPI), que controla a monocultura do conhecimento.

Considerações finais

O avanço mercantil da fronteira agrícola, de acordo com o depoimento das mulheres, é um grande desafio para as comunidades camponesas e indígenas e do próprio bioma Cerrado. Pois é uma lógica de produção que não atende as necessidades dos povos tradicionais e não combina com seu modo de vida, que pratica uma relação virtuosa com a natureza.

Cada uma no seu testemunho denunciam publicamente o desassossego e as ameaças provocadas pela implantação do monocultor da soja; rechaçam esse cultivo estranho que chegou sem pedir licença e foi tentando modificar seus costumes tradicionais; negam esse projeto de “desenvolvimento” e destacam a perversidade do agronegócio com as comunidades e com o cerrado; sem medo e determinadas, denunciam a violência dos grileiros e a desagregação dos seus modos de vida.

No grito de denúncia das mulheres é possível perceber que existem outras vozes que fazem coro, clamando por justiça e buscam sair da invisibilidade; nessas outras vozes, percebe-se ainda que o Cerrado não consegue se regenerar devido ao uso intensivo e extensivo da terra e as nocivas consequências disto; são as vozes de tantas outras Cleuzas e Raimundas que não têm a oportunidade de expressar a dor e a revolta; são as vozes dos ancestrais que resiste através dos costumes e crenças das comunidades.

Ao eleger, como procedimento de pesquisa central deste trabalho, o testemunho das mulheres, mais vulneráveis frente a projetos desenvolvimentistas, e mais sensíveis aos elementos essenciais a vida humana, a convivência social e a necessidade ou mesmo dependência os humanos perante a natureza, podemos desvelar o verdadeiro caráter do desenvolvimento orientado pelos lucros de poucos e não pelo bem-estar dos povos.

A concepção de riqueza defendida pelas mulheres diverge da lógica racional cartesiana do desenvolvimento tecnológico moderno, essas diferenças ocupando o mesmo espaço têm gerado grandes conflitos, causando diversos impactos visíveis e invisíveis, principalmente, na vida das mulheres. As indígenas apontam que o impacto do agronegócio vai além do plantio, toda a região no entorno é impactada negativamente, os rios, as árvores frutíferas e os animais são progressivamente degradados e reduzidos.

As mulheres demonstram ter conhecimento dos seus direitos e da situação fundiária da região, essa consciência que deve ter sido construída ao longo dos 25 anos de resistência tanto em Campos Lindos, como na Gleba Tauá em Barra do Ouro, as tornam autônomas nos discursos e sem contradições nos depoimentos.

Por fim, é perceptível nos testemunhos das mulheres muitos elementos do sagrado. Sendo o sagrado a relação com a terra, os costumes tradicionais, a ancestralidade e a religiosidade, muito presente em suas denúncias, ele vem se configurando como um elemento de articulação e resistência política, frente as forças externas que se apresentam como espoliadoras das suas condições de vida, de sua capacidade de fala e de seus corpos. Nesse sentido, o testemunho articula essas dimensões e dá outra potência para as denúncias públicas que analisámos.

“Seguimos existiendo”: testimonios (d) y resistencias de mujeres campesinas e indígenas del Cerrado

Resumen: Este trabajo estudia la resistencia de mujeres del campo a la expansión de la agroindustria en el área rural de las ciudades de Campos Lindos, Goiatins y Barra do Ouro, en la región nororiental de la provincia de Tocantins, Brasil. El objetivo general es comprender qué denuncian las mujeres en relación con la agroindustria y cómo han ocupado los espacios de denuncia. Se trata de una encuesta preliminar resultante de una investigación bibliográfica que analizó, con base en la teoría del ecofeminismo, los testimonios de mujeres sobre los impactos de la agroindustria de la soja. La investigación señala de manera preliminar que en los testimonios las mujeres expresan un profundo sufrimiento, resultado de la “inquietud” de la vida en el campo provocada por la expansión de la soja. Hecho este que provocó numerosos casos de violencia inserida en la disputa agraria, el uso intensivo de pesticidas y la deforestación del país. Se concluye que en los pocos espacios tienen para denunciar, las mujeres refuerzan la importancia de “vivir en la tierra” y niegan a MATOPIBA como política de desarrollo que pueda ofrecer mejores condiciones de vida para las poblaciones locales.

Palabras-claves: mujeres, resistencia, agronegocio, testimonio

“We still exist”: testimonials of resistances of peasant and indigenous women from Cerrado

Abstract: This work aims the resistance of peasant women in front of the expansion of agribusiness in Campos Lindos, Goiatins and Barro de Ourro municipalities, northeast region of Tocantins State. The objective of this study is to understand what women demand in relation to agribusiness and how they occupy those spaces. This a preliminary setting that results from a bibliographic inquiry, which analyzed the testimonials of women about the impacts of soya agribusiness using the ecofeminism theory. The research point out in a preliminary manner that those women testimonials express a profound suffering. The result of a “concern” of country life caused by the soya expansion that aggravated numberless violence cases in land struggle, the intensive use of agrottoxics and Cerrado deforestation. The conclusion is that in few spaces that women have to demand, they reinforce the importance of “living in land” and they deny Matopiba as a development policy that provide the best conditions of life to local populations.

Keywords: Women. Resistance. Agribusiness. Cerrado

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; CARVALHO, Guilherme. **O plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém. Actionaid, 2009.

BARRAGÁN, Magarida Aguinaga; LANG, Mariam; CHÁVES, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo. In. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário, debates sobre o pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo. **BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm> **Acessado em 05 de março de 2018.**

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis. Editoras Vozes, 2005.

CASTILHO, M.W.V.; CASTRO, J.G.D.C. **Do Sertão à Periferia: a expropriação camponesa** pela expansão da soja. Araguaína – TO: FASE/. CPT/APA-TO, 2006.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **PEC 2015, Ameaças aos direitos dos povos indígenas, quilombolas e meio ambiente**. Cartilha em PDF, 2º edição atualizada online, disponível em: <http://www.cimi.org.br/pec2015/cartilha.pdf>, acessado em: 20/11/2017.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Matopiba**. Goose Audiovisual: 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/v=A0kBXi3t0Gk>. Acessado em 18/11/2017.

____ **Vida X soja (agrotóxico)**. Goose Audiovisual, 2013 disponível: <https://youtu.be/V3DEFhjQ92I>. Acessado em 18/11/2017.

____ Notícias do Pé do Morro – **A luta de Campos Lindos**. MDJ: 2014. Disponível em <https://youtu.be/KBu3Yn9Megw>. Acessado em 18/11/2017.

CTI – Centro de Trabalho Indigenista. **Campos Lindos**. 2010. Disponível em <https://youtu.be/6FBqEfO3soI>. Acessado em 18/11/2017.

____ **Os índios timbiras- projeto fruto do cerrado**. CTI:2013. Disponível em <https://www.youtube.com/v=5ZRcsRMcbhM>. Acessado em 18/11/2017.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. Campinas, SP: Papiurus, 2001.

DICIO. Dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=D%E9cio>. Acessado 05 março 2018.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª edição. Rio de Janeiro Editora Contraponto, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais**. Interthesis: UFSC. Junho, 2014.

IBGE - Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acessado em: 20 março 2018.

IBGE-Instituto de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal**. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acessado em: 20 março de 2018.

KAGEYAMA, Ângela. org. **O novo padrão agrícola do Rio Grande do Sul**. Ipéia, 1996.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros – Conflitos de terra no Araguaia Tocantins**. São Paulo. Brasiliense, 1981.

LITTLE, Paul E. **Território sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. Brasília: Departamento de Antropologia, 2002.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Natal/RN: Argos, 2001.

MATHIAS, Maíra. **Matopiba, na fronteira entre a vida e o capital**. EPSJV/Fiocruz | 02/01/2017 15h08. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br>. Acessado em: 10 de outubro de 2017.

MARTINS, José de Souza. **A fronteira, a degradação do outro nos confins do humano**. São Pulo: Editora Contexto, 2009.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Igualdade de gênero e raça no trabalho, avanços e desafios**. Brasil, 2010.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-cadernos ces [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 Dezembro 2012, consultado em 01 janeiro 2018. URL : https://journals.openedition.org/eces/signal_er1533.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Orçamento do Tocantins. **Zoneamento ecológico – econômico, inventário socioeconômico**. Palmas, 2016.

SIGNATARIO TOCANTINS. **Dona Raimunda Gleba Tauá e Binotto**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/v=sBEPREwWVZ4>. Acessado em: 11/18/2017.

SHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silvia. **O Brasil está nú! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: Fase, novembro de 2006. 148p.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

TV Senado. **Comissão debate resultado de plano agropecuário do Matopiba.** Brasília/DF: TV Senado 2016. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/07/comissao-debate-resultados-de-plano-agropecuário-do-matopiba>. Acessado em 18/11/2017.

TV Anhanguera. **Reportagem sobre a questão fundiária e ambiental em Campos Lindos.** 2013. Disponivelem: <https://youtu.be/Ggrfj-M7b88>. Acessado em: 18/11/2017.

_____. **Reportagem disputa de terra em Campos Lindos.** 2016, disponível em: <https://youtu.be/znMKVyaG6sA>. Acessado em: 18/11/2017.

TV Canal do Povo. **Mais de 200 famílias podem ser despejadas de suas terras – Campos Lindos.** TV Canal do Povo, 2013. Disponível em: https://youtu.be/_aXX1Kh_XEc. Acessado em 18/11/2017.

Sobre os autores

Valéria Pereira Santos - Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais pelo Programa de Pós-Graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins (PPGDIRE/UFT). Agente da Comissão Pastoral da Terra.

Dernival Venâncio Junior - Doutor em História. Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atuando na graduação em História e no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) e no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas (NEUZA/UFT).

Édi Augusto Benini - Doutor em Educação. Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atuando no Programa de Pós-graduação Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE) e no Programa de Extensão Raios de Sol.

Recebido para avaliação em junho de 2020

Aceito para publicação em setembro de 2020